



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS VI  
CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo Justiça Ambiental

**A Lei nº 9.795/1999 como horizonte pedagógico: contribuições da Educação Ambiental Crítica**

Camila Santos Doubek Lopes<sup>1</sup>  
Vanessa Minakawa Sato<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo investiga as estruturas da Educação Ambiental convencional, que limitam a compreensão da atual crise ambiental e suas complexidades. A base teórica busca redesenhar a atividade de Educação Ambiental para alunos de Fundamental 1 à luz da Lei nº 9.795/1999 e da Educação Ambiental Crítica. Esta ação faz parte do Projeto de Extensão Lonarte, da UEL. Em termos metodológicos trata-se de pesquisa exploratória aplicada com pesquisa bibliográfica. A proposta de roteiro de trabalho elaborada segue os preceitos do Círculo de Cultura freireano, articulando território, cultura, contexto social e consumo. A atividade possui potencial formativo emancipador, através do despertar do viés crítico da criança.

**Palavras-chave:** Educação ambiental crítica; Lei 9.795/1999; Círculo de cultura; Resíduos plásticos; Justiça ambiental.

**Abstract:** This article investigates the structures of conventional Environmental Education, which limit the understanding of the current environmental crisis and its complexities. The theoretical basis seeks to redesign Environmental Education activities for elementary school students in light of Law No. 9.795/1999 and Critical Environmental Education. This action is part of the Lonarte Extension Project at UEL (State University of Londrina). Methodologically, it is an applied exploratory research with bibliographic research. The proposed work plan follows the precepts of Freire's Circle of Culture, articulating territory, culture, social context, and consumption. The activity has emancipatory formative potential, through the awakening of the child's critical perspective.

**Keywords:** Critical environmental education; Law 9.795/1999; Circle of culture; Plastic waste; Environmental justice.

## 1. Introdução

Estamos vivendo intensa crise ambiental, expressa no contraste socioambiental, mudanças climáticas, poluição do ar e das águas e diminuição da biodiversidade. Tal cenário clama por metodologias formativas capazes de gerar pessoas críticas e capazes de transformar este cenário. A Educação Ambiental (EA) se apresenta como ferramenta para rever a relação homem-natureza, através da sensibilização, ensino de ética, trabalho coletivo e participação social.

A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA),

<sup>1</sup> Designer, Universidade Estadual de Londrina (Professora Associada), Doutora, [camiladoubek@uel.br](mailto:camiladoubek@uel.br).

<sup>2</sup> Graduanda em Design Gráfico, Universidade Estadual de Londrina, [vanessa.minakawa@uel.br](mailto:vanessa.minakawa@uel.br).



consolida de forma inédita o projeto de uma nova EA de caráter humanista, democrática e participativo (Brasil, 1999), tendendo a construir valores que se voltam à preservação do meio ambiente de forma a abordar as dimensões ecológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais, superando conceitos simplistas/reducionistas que defendem o debate ambiental somente a aspectos naturais e individuais. Assim, podemos aferir que os princípios abordados na PNEA estão em consonância com o conceito da Educação Ambiental Crítica (EAC), que vê a atual crise ambiental como uma consequência de conflitos sociais que são fruto de modelos de desenvolvimento excludentes do capitalismo. A prática da EAC aborda ética e práticas sociais, se alinhando com preceitos freireanos de educação, em que o processo de educação deve ser uma leitura crítica da realidade do sujeito e seu entorno e sua emancipação. (Freire, 1967, 2000, Giron e Ferraro, 2018 e Loureiro, 2012)

A aplicação de preceitos da EAC na sociedade é parte das atividades de extensão e ensino das universidades públicas, que buscam a transformação de sua comunidade interna e externa. O Projeto de extensão Lonarte, possui 6 anos de existência e atua regionalmente como projeto que ressignifica resíduo de Lona vinílica através de sua reutilização e gera inclusão socioprodutiva para grupos de costura do programa de Economia Solidária do município de Londrina. Sua perspectiva de trabalho são os conceitos da Economia Circular e Inovação Social. O projeto conta com estagiários que aprendem a atuar em realidades distintas e vivenciam práticas de gestão projetuais em colaboração com as costureiras, numa prática de preservação de saberes e inovação. O projeto comercializa os produtos fruto deste processo, completando assim um de seus objetivos de geração de trabalho e renda. Além desta atividade, o projeto abriu há 2 anos uma nova frente de trabalho de EA, através da realização de palestras e oficinas para alunos do ensino fundamental 1 de Londrina, com processo metodológico da EA convencional.

Este trabalho objetiva redesenhar a proposta de atuação do Projeto Lonarte nas escolas, pautando-se nos princípios da Lei nº 9.795/1999. Para tanto, será realizada revisão bibliográfica dos principais teóricos da EAC, a saber: Paulo Freire, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Mauro Guimarães, Philippe Pomier Layrarges e Isabel Cristina de Moura Carvalho. Posteriormente será desenhado o desenho didático da oficina de EAC para crianças.

Em termos metodológicos, quanto à natureza do trabalho, trata-se de pesquisa qualitativa aplicada, com objetivo exploratório. Quanto aos procedimentos, primeiramente será realizada pesquisa bibliográfica, e após análise do conteúdo estudado, será elaborado o plano das atividades de EAC com os integrantes do projeto. (Provanov; Freitas, 2013)

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Educação Ambiental Convencional (EA)**

Segundo Costa e Loureiro (2024), educação é o processo de formação humana, que estabelece o modo como interagimos com outros seres humanos e com o meio ambiente. Diante disso, torna-se necessário uma abordagem pedagógica que busque desenvolver o



pensamento crítico para formar cidadãos preparados para enfrentar os problemas socioambientais em qualquer meio social em que vivem.

O biólogo francês Jean Dorst com sua obra “Antes que a Natureza Morra” (1965), de concepção conservacionista, pode ser considerado precursor da EA. Sua teoria influenciou propostas pedagógicas de mudança de comportamento individual e proteção da natureza, enfatizando políticas públicas e sociais, dentro da matriz ambiental.

Segundo Dorst (1965), a EA deve ter como objetivo a sensibilização da humanidade para tópicos ambientais diretamente ameaçados pelo crescimento populacional e consumo crescente. Segundo o autor, a causa dos problemas ambientais está na ignorância humana sobre a organicidade da natureza, ocasionado pelo paradigma do antropocentrismo e utilitarismo, que precisa ser superado, segundo o autor.

Em âmbito mundial, na maioria das escolas, a prática de educação ambiental predominante é reducionista, falhando em desenvolver verdadeiramente um pensamento crítico que gere possibilidades de ações interventivas nas causas ambientais. Como explicam Layrargues e Torres (2022), as abordagens de educação ambiental Conservacionista e Pragmática - as mais adotadas - são reducionistas pois desconsideram o panorama da realidade, omitindo um conjunto de fatores em prol de um ensino superficial. Além disso, tais práticas simplificam a problemática e supervalorizam pequenas ações individuais, responsabilizando o comportamento singular por um problema que é coletivo e estrutural. Quando se fala em práticas sustentáveis, as mudanças exigem mais do que apenas motivação e ação individual, envolvendo também questões complexas e macro como regulamentações governamentais, desigualdade entre classes, diferenças culturais entre diversos outros.

Por consequência dessa lacuna educacional, foi desenvolvida a abordagem da educação ambiental crítica, que diverge da educação ambiental tradicional. Este novo enfoque defende que é necessário ensinar mais do que questões fisiológicas, e que fatores histórico-sociais também são fundamentais no ato educativo.

## **2.2 Educação Ambiental Crítica (EAC)**

Sobre o termo “Crítica” da EAC, a “criticidade” é predisposição natural do homem. A sua anulação é fruto das condições sociais históricas de opressão. Para haver consciência ecológica, é necessária a existência de uma consciência crítica, e esta, por sua vez, demanda uma ação educativa para existir.

Neste tópico apresentaremos as principais ideias de autores consagrados da área da EAC. suas ideias se somam e se completam.

O primeiro autor a ser apresentado é o mais influente na área da educação brasileira, o filósofo e educador **Paulo Freire**, que possui reconhecimento internacional na área da pedagogia crítica. Segundo ele, educar é fazer com que o sujeito compreenda a sua condição e transforme a sua realidade, ao contrário da tradicional transferência de conhecimento, como prega a pedagogia tradicional. (Freire, 2000)



Freire apela pelo respeito à vida de todos os seres vivos e à natureza, rompendo com o paradigma cartesiano de separação homem-natureza em seu livro “Pedagogia da Indignação”, publicado pouco tempo após a sua morte:

Urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre homens e mulheres, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (Freire, 2000, p. 67).

Em seu livro da década de 1960, “Educação como Prática da Liberdade”, Freire aponta que a grande tragédia que assola a nossa sociedade hoje são as pessoas tomando decisões pautadas na força dos mitos e da publicidade (Freire, 1967). Hoje, seguimos da mesma forma com a população endividada pela promessa de felicidade ao consumir, liquidando a natureza, vivendo passivamente com o consumismo desenfreado e com a obsolescência programada. Por outro lado, uma minoria da população acumula o capital, fruto da exploração da natureza (ou recursos naturais), e da mão de obra do trabalhador.

Sobre a pedagogia emancipadora freireana, Ceccon (2022) afirma que objetiva problematizar, questionar a verdade posta, para tornar visível “o que o olhar normalizador e anestesiado oculta.(...) Trata-se de “desnaturalizar” o que é considerado “natural”” “...onde não se aprende por aprender, mas para transformar as pessoas e a realidade. Não se constrói conhecimento apenas para acumulá-lo, mas para mudar o curso da história.” (Ceccon, 2022, p. 7)

Seguindo a sua lógica, Freire via a EAC como uma prática que deve objetivar formar pessoas envolvidas com a preservação da vida, que supere o paradigma do sujeito individualizado, se tornando parte de uma grande família conectada com a terra. O autor não possui nenhum livro dedicado explicitamente à EAC, mas este tema está presente em toda a sua obra, em sua ética:

Sua obra traz princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que fortalecem a importância da formação de sujeitos que valorizam a vida, em todas as suas formas, e que respeitam a si mesmos, aos outros e ao mundo. Cidadãos/ãs cujas práticas diárias são intencionais, impregnadas de sentido, que percebem a inter-relação existente entre as atitudes individuais e os impactos socioambientais locais, regionais e planetários. Formação de pessoas que não se contentam em agir individualmente de forma responsável, mas ocupam os espaços de participação social buscando contribuir para a transformação de atitudes de tantos outros sujeitos (CECCON, 2022, p. 3).

Escrevendo sobre a praxis freireana com ênfase nos processos sociais para a EA, Giron e Ferraro, (2018, p.247) afirmam que o pensamento de Freire sobre isto era de caráter crítico, libertador, nos mostrando que “...a compreensão da crise ambiental passa pela compreensão dos mecanismos estruturantes da sociedade vigente.” Assim, os conflitos ambientais são fruto de uma histórica desigualdade de distribuição dos bens ambientais (ou recursos naturais), sendo “a luta ambiental é uma luta social e vice e versa” (Giron e Ferraro, 2018, p.242)



Outro renomado pesquisador brasileiro é o educador **Mauro Guimarães**, uma das principais referências da EAC. O autor dialoga com Paulo Freire no aspecto da ênfase dialógica no processo educador e na leitura crítica da realidade (Freire, 1967). Tem forte influência na criação de políticas públicas de EA no Brasil. Segundo o autor corroborando com Freire (1967), a reflexão proposta pela EAC é sobre a humanidade e a sua relação com o mundo, tendo como principal característica a preservação da vida em várias formas através da ação política e engajamento: "...o ser humano, totalmente desintegrado do todo, não percebe mais as relações de equilíbrio da natureza. Age de forma totalmente desarmônica sobre o ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais" (GUIMARÃES, 1995, p. 12). Em termos práticos, a ação de conscientização não permeia a transmissão de valores "verdes" ao educando, mas sim questionar a ordem e valores de seu mundo real cotidiano. é necessário a criação de valores ambientais críticos a partir de sua própria realidade. (Guimarães, 1995)

Outra ênfase citada por Guimarães (1995), para que seja possível a concretização da EAC, é a ampliação da consciência individual para uma coletiva. É preciso resgatar a coletividade, para possibilitar a percepção do todo. "Por consciência coletiva, entende-se algo além da consciência de classe, ou até de humanidade, voltando-se para uma consciência planetária, que não negue as contradições de classe, por exemplo, mas inclua percepção de parte no todo do planeta" (Guimarães, 1995 apud Giron e Ferraro, 2018, p.249).

**Isabel Cristina de Moura Carvalho** é pesquisadora brasileira, e importante referência de EAC. Dialoga com a teoria freireana ao enfatizar o processo dialógico.

Segundo Carvalho (2008), existem duas visões de meio ambiente. A naturalista e a socioambiental. A naturalista entende a existência do homem como separada da natureza, diferenciando-o das outras espécies de animais, que são parte do meio natural. Esta desvinculação, separa-o também, dos conflitos sociais e ambientais. Por estar separado da natureza, seus atos são classificados como artificiais, possibilitando a percepção de que são normalmente prejudiciais. As práticas de EA alinhadas com esta visão de meio ambiente também são chamadas de EA conservacionista. As ações desta tipologia de EA não consideram a conexão profunda entre humanidade e natureza.

Segundo Carvalho (2008, p.37),

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente.

Dentro do contexto da EAC, o sujeito é ligado subjetivamente às demandas do meio ambiente, como ator social, de modo que desenvolve uma cidadania ecológica (Carvalho, 2008).

**Carlos Frederico Bernardo Loureiro**, afirma que quanto ao seu conceito e operacionalização, "[...] a educação ambiental crítica é bastante complexa [...], exigindo amplo trânsito entre ciências (sociais ou naturais) e filosofia, dialogando e construindo pontes e saberes



transdisciplinares.” (Loureiro, 2007, p.68), ou seja, é uma abordagem político-pedagógica complexa, que exige das instituições conhecimentos em múltiplas áreas e a competência de dialogar entre elas. No entanto, embora pareça desafiadora, é uma prática possível de ser executada, com ajustes no sistema educacional já em vigência. Além disso, o benefício de assumir esse desafio se justifica pela transformação socioambiental promovida pela educação ambiental crítica, já que, com uma problematização mais extensa da relação sociedade-natureza, possibilita-se a elaboração de planos de ação mais eficientes e democráticos por meio de intervenções estruturais, Loureiro (2007).

Loureiro (2007) afirma que com uma perspectiva crítica é possível questionar e superar constantemente as peculiaridades de cada formação social, dessa forma alcançando uma sociedade mais sustentável.

Desta forma, as práticas de EAC buscam interligar problemas ambientais às adversidades sociais. Existe a problematização das consequências de nossa sociedade desigual e consumista, e a exposição dos métodos de exploração que geram tanto a miséria humana quanto a destruição do meio ambiental. O objetivo da AEC é a tomada de consciência a caminho da transformação social.

A EAC utiliza ferramentas de uma pedagogia libertária e não-bancária como os Círculos de Cultura, que será explorada a seguir.

### 2.2.1 Círculo de Cultura (CC)

O CC pode ser conceituada como um “...espaço educativo onde transitam diferentes subjetividades e convivem diferentes saberes” (Loureiro e Franco, 2012, p.21). Trata-se de uma opção político-pedagógica onde a ordenação do espaço conduz a um processo dialógico, conectivo, participativo e menos “bancária”, termo cunhado por Paulo Freire que caracteriza da educação convencional em que mestres detêm o conhecimento que é depositado nos alunos, que até então pouco ou nada sabem. Ceccon (2022)

**Carlos Frederico Bernardo Loureiro e Jussara Botelho Franco** (2012) são influentes pesquisadores brasileiros da área da EAC, com destaque para o CC. Os autores afirmam que o CC trabalha o conceito do ser humano como um ser transformador de sua própria realidade. Esta é a primeira atividade a ser trabalhada no CC, sendo que o instrumento principal de mediação é o dialógico, pois é o “...provocador da ação pelas palavras que transformadas pela criticidade dialética e dialógica tornam-se palavra-ação, atividade humana de significação e transformação do mundo.” (Loureiro e Franco, 2012, p. 22)

No contexto do CC, o diálogo se coloca como uma provocação, trazendo temas selecionados para a realidade concreta. Assim, o diálogo como palavra-ação realiza uma crítica em seu discurso, se alinhando com o objeto que denuncia. (Loureiro e Franco, 2012)

Assim, o fundamento do CC é a substituição da tradicional aula expositiva, pelo diálogo, sendo que o começo da dinâmica é a realidade vivida dos alunos, através de “temas geradores” que partem da realidade dos alunos.



### 2.3 Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

Este instrumento legal representa um avanço sem precedentes para a solidificação da EA brasileira, uma vez que prega a presença permanente de elementos alusivos à EA em todo o processo educativo, formal e não-formal. Assim, este dispositivo legal possui indicações para formar cidadãos capazes de olhar a sua realidade socioambiental criticamente.

Um ponto crucial da Lei, que a torna a sua aplicação transformadora, é a defesa da transversalidade e da interdisciplinaridade da EA, ou seja, ela não pode ser tratada isoladamente, como uma disciplina fechada, rompendo com o cartesianismo da nossa educação. O objetivo da PNEA ao trazer este aspecto para a Lei, é o de fazer com que o meio natural seja compreendido de modo holístico, sistêmico, que tem sido construído historicamente. Sua complexidade tem relação com o hiperconsumismo, injustiça social e políticas públicas.

A Lei também enfatiza a importância da educação não-formal, fora da escola, desenvolvida em movimentos sociais em que se realizam práticas transformadoras.

O alinhamento da Lei com a EAC é evidente, entretanto este alinhamento não é total, podendo ser visto como “potencial”, pois é possível interpretar este instrumento jurídico com lentes conservadoras. A sua efetivação está condicionada aos aspectos pedagógicos adotados.

A seguir, foi elaborado um quadro comparativo da Lei em questão, a EA e a EAC.

**Tabela 1** - Diferenças entre a Educação Ambiental tradicional, a crítica e a Lei n.9.795/1999

Aspecto	Educação Ambiental	Ed.Ambiental Crítica	O que prega a Lei nº 9.795/1999
Conceito de meio ambiente	Enfoque na materialidade e interrelações dos aspectos ecológicos	Meio ambiente como resultado de processo histórico, social e político	Visão de ambiente como fruto de aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais
Origem dos problemas ecológicos	É responsabilidade do indivíduo	Modelo de desenvolvimento regional e injustiça social	Apona diversas causas e aponta a necessidade de maior participação social
Objetivo	Alteração de comportamento	Transformação social e emancipação do indivíduo	Transformar o indivíduo em cidadão e preservação ambiental
Abordagem	Informativa (“bancária”)	Participativa	Dialógica
Papel do aluno	Receptor de conteúdos	Ativo no aprendizado	Ativo no processo formal e informal
Responsabilidade	Individual	Coletiva	Cooperação entre estado e sociedade
Base teórica	Conservadorismo	Emancipadora	Diretrizes legais e pedagogia crítica
Metodologia	Ações e campanhas pontuais	Estudo da realidade e ações contínuas integradas aos outros saberes	Interdisciplinaridade e integração com outros saberes

Fonte: Projeto Lonarte

### 2.4 O Projeto de Extensão Lonarte e as ações de Educação Ambiental



O Projeto Lonarte (UEL) surgiu em 2019 com o objetivo de reutilizar banners de PVC para confecção de produtos diversos, confeccionados por mulheres em situações e localidades vulneráveis da cidade de Londrina, trazendo como base, a capacitação profissional, formação de grupos de costura e inclusão socioproductiva. Assim, as perspectivas de trabalho do projeto são a Economia Circular e a Inovação Social.

Tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, traçados pela ONU, os feitos deste projeto permeiam quatro, são eles: (1) erradicação da pobreza, através da geração de renda a grupos vulneráveis; (4) educação de qualidade, com ações de EA; (8) trabalho decente e crescimento econômico, para os grupos mas também para os cooperados com o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI); (12) consumo e produção sustentáveis e (14) vida na água, através de diminuição do potencial de poluição dos oceanos pelos banners de PVC descartados indevidamente. (ONU, 2015)

**Figura 1** - ODS alcançados pelo Projeto de Extensão Lonarte



**Fonte:** <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

#### 2.4.1 Metodologia de EA aplicada até 2025

Desde o ano de 2023, foi desenvolvida nova frente de ação para os integrantes do Lonarte: a EA para crianças do ensino fundamental 1. O roteiro de trabalho empregado até a última ação, em 2025, foi pautado na EA convencional, isto é, foco na sensibilização da criança para mudanças de atitude individuais. Primeiramente, a equipe ministrou palestra sobre impacto ambiental dos plásticos na atualidade, acúmulo de lixo e diferença sobre reutilização e reciclagem. Esta etapa acontecia em forma de palestra, com alunos sentados em suas carteiras na posição convencional, com algumas interferências/diálogos. No momento seguinte, com ajuda dos estagiários do projeto, as crianças produziam produtos a partir da reutilização de lona de PVC, produtos simples projetados pela equipe de estagiários em design gráfico e moda da UEL. A dinâmica foi interessante, e os alunos ficaram bem interessados e felizes com os resultados.

O ponto principal que procurou-se trabalhar com a oficina é a questão dos resíduos sólidos urbanos, um problema mundial complexo. No Brasil, embora tenhamos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) que define a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, os custos financeiros, ambientais e sociais deste ciclo reverso são pagos por toda a sociedade.

A seguir, imagens ilustrativas das ações já realizadas nos anos de 2023 a 2025.



**Figura 2** - Palestra e construção de objetos no Instituto de Educação Infantil e Juvenil (IEIJ), em 2023



Fonte: Projeto Lonarte

**Figura 3** - Palestra e construção de objetos na Escola Municipal Roberto Pereira Panico Maestro, em 2024



Fonte: Projeto Lonarte

**Figura 4** - Palestra e construção de objetos no Instituto de Educação Infantil e Juvenil (IEIJ), em 2025



Fonte: Projeto Lonarte



## 2.4.2 Novo Desenho Didático de EAC com foco na problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos plásticos

O seguinte planejamento de atividade de Círculo de Cultura (Freire, 1967) freireano objetiva ser a aplicação empírica da Lei, a ser realizada nas escolas procurou trazer elementos da Lei e dos princípios da EAC, enfatizando a participação coletiva, abordagem crítica e abordagem da realidade local, ou seja, integrando as visões de meio ambiente: do âmbito social, econômico e político.

**Título:** De onde vêm e para onde vão as lonas de PVC usadas em publicidade?

### **1. Planejamento do Circulo de Cultura**

#### **1.1 Objetivo da atividade**

- Sensibilizar o olhar dos alunos para o acúmulo de plástico nos centros urbanos;
- Provocar o raciocínio: propaganda - consumo - acúmulo de resíduos;
- Refletir sobre a realidade ambiental urbana de Londrina;
- Citar ações coletivas do dia a dia para reduzir o consumo e reaproveitar o que já temos em casa (Freire, 2000).

#### **1.2 Tema Gerador**

Pergunta - problema: Quando a lona é retirada do “outdoor” (por exemplo), para onde ela vai?

#### **1.3 Organização espacial e material**

- Mesas e cadeiras em roda
- Banners usados
- Tesoura sem ponta
- Balancin
- Ilhós
- Papelão
- Fita encerada

### **2. Execução**

**2.1 Acolhida** – diagnóstico inicial dialógica provocada por perguntas para discussão coletiva (Freire, 1967,Guimarães, 1995):

- Alguém já viu esse tipo de material? Onde?
- Quem já parou para pensar para onde elas vão quando a função delas acaba?
- Será que ela é reciclável?
- Será que ela pode ir para o lixo comum?

(mediador anota as respostas)

#### **2.2 Codificação**



2.2.1 Exploração do problema através das seguintes imagens (levar impressas em papel A3 para não depender de projetor):

- Banners descartados de forma regular e irregular;
- Aterro da cidade lotado.

2.2.2. Perguntas para começar processo dialógico:

- O que estas cenas contam sobre Londrina e seus habitantes? (Guimarães, 1995)
- Onde essas lonas são produzidas?
- Como são utilizadas?

**2.3 Decodificação** - processo dialógico crítico (Freire, 1967, Carvalho, 2008 e Loureiro, 2007).

2.3.1 Provoações:

- Vocês acham que a propaganda nos estimula a consumir cada vez mais?
- Quem ganha dinheiro com tudo isso?
- Quem arca com os custos ambientais desta poluição?
- Quem é prejudicado com essa poluição?
- Por que essa lona não é reciclada como acontece com as garrafas PET?

-Tópicos a serem trabalhados no processo dialógico:

- Hiper consumo
- PNRS e a responsabilidade das empresas
- Diferença de reutilização e reciclagem e Economia Circular.

**2.4 Reutilização na prática** - Construção de um porta lápis (objeto desenvolvido pela equipe do projeto Lonarte):



O produto a ser montado pelas crianças passará pelas seguintes etapas:



1. Recorte da lona conforme molde de cartolina. A criança irá escolher a estampa da lona ou o verso dela.
2. Pré-furo das laterais da caixinha
3. Aplicação de ilhós nos furos, já aproveitando o sistema para fechar as laterais
4. Encaixe dos papelões para estruturar as paredes
5. Costura manual com corda encerada para estruturar o porta-lápis.

## **2.5 Fechamento da atividade - Ação transformadora na prática**

Como reduzir a produção de resíduos de banner vinílico?

exemplo: substituição por papel, quando possível (como outdoors)

Redução de material publicitário, reduzindo a poluição visual também.

## **2.6 Avaliação dialógica**

- O que ficou claro sobre as lonas vinílicas?
- Vocês vão olhar de forma diferente para as propagandas?
- O que você poderia fazer para mudar este cenário da cidade?
- Reflexão final com a frase: A lona descartada diz muito sobre como consumimos e cuidamos de nossa cidade.

## **3 Considerações finais**

Este trabalho buscou, através dos principais autores da área, conceitualizar EA e ECA, mostrando as similaridades da PNEA com a forma crítica da EA, e posteriormente traçou um paralelo com a lei nº 9.795/1999. Ao final foi desenvolvida uma proposta de atividade que buscou articular a questão da lona vinílica e o acúmulo de resíduo no centro urbano, pautado no Círculo de Cultura freireano, que reafirmou que a EAC não se trata de sensibilização individual, com a EA, mas uma prática político-pedagógica que objetiva a transformação social. A atividade é desenvolvida de tal forma que as crianças entendem que, ao contrário do que é posto, a culpa deste cenário de poluição plástica não é individual, mas sim de dinâmicas estruturais de superconsumo, em que os maiores responsáveis são empresas e poder público. Nessa perspectiva, a atividade dialoga com **Loureiro (2007)**, uma vez que fica evidente que a crise ambiental é mais uma expressão das contradições sociais, sempre muito evidentes na realidade urbana brasileira.

Ao articular saberes de diferentes áreas como Ciências, Geografia, Matemática, a atividade proposta possui caráter interdisciplinar, como prevista na Lei nº 9.795/1999, rompendo com o paradigma de fragmentação do conhecimento.

A proposta realizada nos mostrou que o desenho de uma atividade, ao seguir os preceitos da Lei nº 9.795/1999 e quando interpretada à luz da EAC possui potencial para alcançar os objetivos de transformação da criança em um cidadão ecológico e emancipado. Entretanto,



este potencial depende das escolhas pedagógicas, correndo o risco de seu caráter transformador ser esvaziado.

#### 4 Referências

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CECCON, Sheila. Educação ambiental referenciada em Paulo Freire realizada em ambiente virtual: reflexões a partir da prática. **Revista Sergipana de Educação Ambiental (REVISEA)**, São Cristóvão, v. 9, n. 1, 2022. ISSN 2359-4993.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental crítica e conflitos ambientais: reflexões à luz da América Latina. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 22, p. e59508, 2024. DOI: 10.23925/1809-3876.2024v22e59508. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/59508>. Acesso em: 1 fev. 2026.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. Tradução de Rita Buongermino. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo:UNESP, 2000.

GIRON, H.; FERRARO, J. L. S. Uma proposta de diálogo entre Paulo Freire e a Educação Ambiental Crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. único, 2018.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; TORRES, Ana Beatriz Flor. Por uma educação menos seletiva: reciclando conceitos em Educação Ambiental e resíduos sólidos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 33–53, 2022. DOI:



10.34024/revbea.2022.v15.13946.

Disponível

em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13946>. Acesso em: 2 fev. 2026.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica**: contribuições e desafios. In: VAMOS cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. São Paulo: AGPTEA, 2007. p. 66–71.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo e FRANCO, Jussara Botelho. **Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura**: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. *Ambiente & Educação*, v. 17, p. 11-27, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 06 fev. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

a)